



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

Comitê de Governança de TIC

### ATA DE REUNIÃO

#### 1. DADOS GERAIS

<b>Data:</b> 19/09/2016	<b>Horário:</b> 11:00	<b>Local:</b> Sala de Reuniões do TJPI
-------------------------	-----------------------	--

Membros Presentes	
Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas	Presidente do Comitê de Governança de TIC
Dr. Antônio Francisco Gomes de Oliveira	Juiz Auxiliar da Presidência
Dr. Júlio César Menezes Garcez	Juiz Auxiliar da Corregedoria
Francisco de Assis Ribeiro Madeira Campos Filho	Secretário da STIC
Almira Alice Carvalho Silva	Secretária da SEPLAN
Leonne Francisco Ribeiro Pires	Coordenador do FERMOJUPI
Paulo Sílvio Mourão Veras	Secretário Geral
Roosevelt dos Santos Figueiredo	Secretária da SECOF

#### 2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

- Apresentação do andamento dos projetos e aquisições de TIC;
- Apresentação das listas de sugestão de priorização de Projetos;
- Apresentação do Plano de Aquisições e Contratações de TIC;
- Apresentação do Plano de Capacitações em TIC;
- Apresentação do Projeto Reestruturação da STIC;

### 3. MEMÓRIA DA REUNIÃO

O Desembargador Ricardo Gentil, presidente deste comitê, iniciou a reunião ressaltando a importância da discussão sobre o objetivo principal do judiciário, o Processo Judicial Eletrônico (PJ-e), informando que deve ser a prioridade deste comitê, daqui para frente, a viabilização da implantação deste projeto.

Dando continuidade, o Sr Assis Campos, secretário da STIC, apresentou um quadro-resumo das atividades demandadas com a sugestão de priorização para 2016 e 2017, informando que também foi elaborada uma sugestão de proposta para a organização da STIC. Submeteu, portanto, a seguinte proposta de prioridades para projetos judiciais:

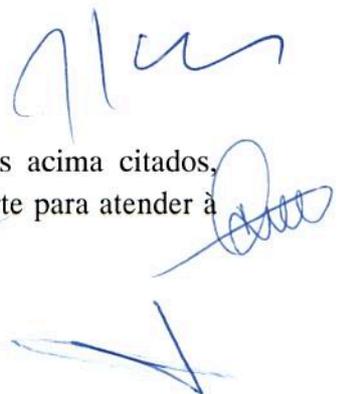
1. Implantação do PJ-e;
2. Desenvolvimento de Sistemas Satélites para PJ-e;
3. Projeto de desenvolvimento do Peticionamento Intermediário;
4. Evolução do Sistema de Correição;
5. Implantação da tabela de movimentos e complementos do CNJ no e-TJPI;
6. Criação do TJPI em Números;
7. Estudo de viabilidade da migração do PROJUDI para o PJ-e;

Aproveitou a oportunidade para informar que a meta, com os resultados esperados da execução dos projetos, é buscar obter o selo diamante do CNJ em 2017.

Com relação aos projetos administrativos, foi apresentada a seguinte proposta de prioridades:

1. Implantação do Selo Digital;
2. Implantação do SEI;
3. Atualização do Portal da Transparência;
4. Melhoria dos Controles Informatizados da Área Administrativa (ERP);
5. Atualização do Site Institucional;
6. Implantação de controles informatizados para acompanhamento do plano de gestão;
7. Atualização da Intranet - Sistema de Controle de Férias;
8. Implantação do Sistema de Ponto de Frequência;

Informou que, ao se realizar um esforço nos projetos administrativos acima citados, acabará com uma demanda antiga da administração e, rapidamente, liberará suporte para atender à demanda de projetos judiciais.



O servidor Igor Lima apresentou as demandas de gestão e governança de TIC, necessárias para o cumprimento da meta de 2016 da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ (ENTIC-JUD), instituída pela resolução 215 de dezembro de 2015:

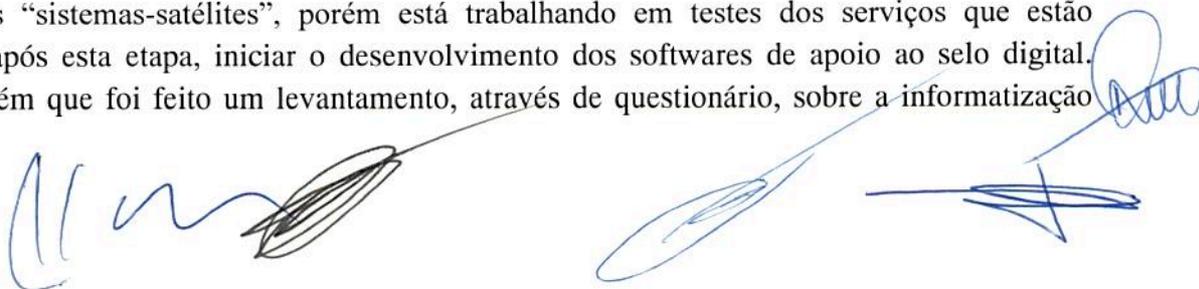
1. Aprovação do PETIC 2016-2020;
2. Elaboração do PDTIC;
3. Elaborar e aplicar política, gestão e processo de segurança da informação;
4. Estabelecer Plano de Continuidade de Serviços essenciais de TIC;
5. Definição de Processos de Gestão de Ativos;
6. Definir Política de Manutenção de Documentos eletrônicos;
7. Aprovação de Resolução de Aquisições de Bens e contratações de TIC;
8. Reestruturação da STIC;
9. Plano de Capacitação.

Aproveitou para informar que foram elaboradas as propostas de Plano de Capacitação e de Reestruturação da STIC, ambas tratadas e revisadas na reunião do Comitê de Gestão de TIC, portanto aptas a serem apresentadas ainda nesta reunião.

O Sr. Assis Campos informou que as listas apresentadas são de demandas que estão sob o controle direto da STIC, porém considerou que as dezessete iniciativas estratégicas, definidas na SEPLAN, terão desdobramentos de atividades que serão inseridas na priorização.

Dr. Júlio César questionou se existe algum indicador de percentual de execução das atividades apresentadas, para saber quais pontos podem ser iniciados em 2017, visando um foco maior nos projetos judiciais após a conclusão dos administrativos. Sr. Assis Campos respondeu que alguns projetos administrativos necessitaram de um esforço maior para resolver problemas urgentes, porém, assim que implantados, os sistemas administrativos precisarão de menor força de trabalho nas atividades de manutenção sendo, portanto, aumentado o esforço nos projetos judiciais.

O Sr. Ricardo Viana, Coordenador de Sistemas Administrativos da STIC, detalhou o andamento de cada ação dos projetos administrativos apresentados na lista de prioridades. Tratando-se da implantação do Selo Digital, o Dr. Júlio César se o projeto contempla, além dos controles dos selos, a implantação de um portal extrajudicial. Sugeriu, também, que fosse feito o acompanhamento da informatização dos cartórios estabelecendo uma forma de homologação. Sr. Ricardo Viana respondeu que o sistema que veio de Santa Catarina traz apenas os serviços básicos que alimentam os outros sistemas. Diante disso, informou ainda que a equipe está ciente da construção dos “sistemas-satélites”, porém está trabalhando em testes dos serviços que estão prontos para, após esta etapa, iniciar o desenvolvimento dos softwares de apoio ao selo digital. Explicou também que foi feito um levantamento, através de questionário, sobre a informatização



dos cartórios e, de posse dos resultados, entrar em contato com as empresas que fornecem os sistemas para a adaptação aos serviços de gerenciamento de selos digitais.

Tratando do sistema de gestão do ponto de frequência, Dr. Antônio Oliveira, Juiz Auxiliar da Presidência, perguntou se existe a possibilidade de alterar o horário de trabalho, bem como se há possibilidade de tratar de regime de horário especial, por exemplo. Questionou, também, se o sistema trata a situação de teletrabalho. O Sr. Ricardo Viana respondeu que o sistema foi preparado para atender a qualquer regime de trabalho. Porém, em relação ao teletrabalho, informou que o sistema não foi pensado para atender a esta finalidade pois, atualmente, é necessário estar dentro da rede do tribunal para cadastrar o ponto, que é feito através de captura da digital por equipamento biométrico. Dr. Paulo Silvio, Secretário Geral do TJPI, acrescentou que a resolução que trata dos regimes de horário já prevê o trabalho remoto (teletrabalho). O Sr. Assis Campos afirmou que, apesar de ainda não atender, o sistema pode ser adaptado para esse fim, inclusive sugerindo que se faça um projeto piloto com um ou dois servidores e avaliar os resultados.

O servidor Eucássio Júnior, Coordenador de Sistemas Judiciais, ressaltou que os projetos da lista judicial estão todos em execução. Explicou que, para o projeto de construção de Sistemas-Satélites, está em desenvolvimento o módulo de Emissão Unificada de Certidões Negativas, integrando a geração de certidões entre o ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, Sistema de Execução Penal Unificada, PROJUDI e PJ-e. O Servidor Gleydson Vilanova, Assessor Judiciário da Secretaria da Corregedoria, apresentou as demandas da Corregedoria solicitando a inclusão na lista de projetos judiciais:

1. Revisão e aplicação das normas de acesso ao sistema ThemisWeb;
2. Implantação das Metas Estaduais;
3. Inclusão de um complemento de movimentação “Cobrança de Custas Judiciais”, no movimento de baixa do Sistema ThemisWeb. Além disso, deve ser disponibilizado um relatório para enviar o resumo mensal ao FERMOJUPI com o objetivo de verificar a arrecadação das unidades;
4. Bloqueio de movimentação em processos que não possuem assunto, no sistema ThemisWeb;
5. Implantação do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP);

O Sr. Assis Campos apresentou a seguinte proposta de Plano de Aquisições de TIC 2016-2017:

<b>Contratações</b>	<b>Estimativa</b>
Datacenter Secundário	1.700.000,00
Solução de Videoconferência para audiências das Varas Criminais/Presídios/Custódia	500.000,00
Outsourcing de Impressão (Teresina, entrância final e intermediária)	2.200.000,00
Aquisição de Ativos de TIC (Computadores para PJ-e/Selo Digital, Notebooks, Scanners, Switches, Datashows)	7.000.000,00
Manutenção de UPS (anual)	150.000,00
Manutenção de sala cofre (anual)	600.000,00



Extensão de Garantias de Notebooks dos Magistrados	200.000,00
Licença de Solução de Backups	900.000,00
Ampliação da refrigeração e capacidade energética da sala cofre	1.000.000,00
Cabeamento ótico do JECC Centro I para o datacenter do Palácio da Justiça	35.000,00
Contratação da Rede de Comunicação	8.133.600,00
<b>Total</b>	<b>22.418.600,00</b>

Com relação à contratação de Solução de Videoconferência para audiências das Varas Criminais o Servidor Leandro Sampaio, Consultor Jurídico de Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, apresentou como alternativa o uso do sistema nacional de videoconferência disponibilizado pelo CNJ sem custos para o tribunal. O Sr. Assis Campos questionou se a plataforma do CNJ é adequada para as audiências criminais, entre as varas criminais e os estabelecimentos prisionais. Questionou, também, sobre a inclusão das delegacias no escopo do projeto.

Com relação a Soluções de Backup, o Sr. Gleydson Vilanova sugeriu a implantação do serviço de nuvem interna do tribunal, utilizando o software gratuito *ownCloud* (<https://owncloud.org>). Dessa forma, diminui o risco de perda de dados nos computadores individuais, que não estão cobertas pela solução atual de backup.

Em seguida, o Sr. Igor Lima apresentou uma sugestão de Plano de Capacitações em TIC 2016-2017, dividido por áreas, com o foco principal de atender às demandas da ENTIC-JUD e suportar os projetos prioritários do Judiciário, a exemplo do PJ-e e Selo Digital, conforme quadro-resumo abaixo:

<b>Gestão e Governança</b>		
<b>Treinamento</b>	<b>Servidores</b>	<b>Investimento</b>
Governança de TI com COBIT 5	6	15.600,00
Gerenciamento de Serviços de TI	6	15.600,00
Gestão de Projetos de TIC	6	15.600,00
1. <b>TOTAL</b>		<b>46.800,00</b>

2.

<b>Segurança da Informação</b>		
<b>Treinamento</b>	<b>Servidores</b>	<b>Investimento</b>
Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002	3	7.800,00
Políticas de Segurança da Informação	3	7.800,00
<b>TOTAL</b>		<b>15.600,00</b>

<b>Gestão de Contratações</b>		
<b>Treinamento</b>	<b>Servidores</b>	<b>Investimento</b>
Fiscal de Contratos de TI	15	39.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>39.000,00</b>

<b>Infraestrutura</b>		
<b>Treinamento</b>	<b>Servidores</b>	<b>Investimento</b>
Administração WildFly	3	1.470,00
Red Hat System Administration I (RH124)	7	29.400,00
Operations Manager – VMWare	6	48.300,00
<b>TOTAL</b>		<b>79.170,00</b>

<b>Administração de Bancos de Dados</b>		
<b>Treinamento</b>	<b>Servidores</b>	<b>Investimento</b>
PostgreSQL Administração	3	4.500,00
Administração PostgreSQL com Alta Performance	3	4.500,00
MS SQL Server – Administração Avançada	3	7.800,00
MS SQL Server – Performance e Tuning	3	7.800,00
<b>TOTAL</b>		<b>20.100,00</b>

<b>Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas de Informação</b>		
<b>Treinamento</b>	<b>Servidores</b>	<b>Investimento</b>
Arquitetura de Projetos Java	20	52.000,00
Gerenciamento ágil de projetos de Software com Scrum	20	52.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>104.000,00</b>

<b>Participação em Eventos</b>		
<b>Treinamento</b>	<b>Servidores</b>	<b>Investimento</b>
Congressos, Conferências ou workshops	2	8.400,00
Cursos locais realizados por órgãos públicos	2	5.200,00
<b>TOTAL</b>		<b>13.600,00</b>

<b>Total de Investimentos em Treinamentos e Capacitações</b>	<b>R\$ 318.270,00</b>
--	-----------------------

O Sr. Igor Lima informou, ainda, que os valores apresentados são estimados e baseados em pesquisas de preços na internet. Algumas propostas formais foram solicitadas buscando, preferencialmente, treinamentos *In Company* reduzindo custos de diárias e passagens bem como aumentando a quantidade de servidores treinados.

Dr. Júlio César questionou, diante dos treinamentos apresentados, se a STIC está preparada para a implantar a gestão por competência. O Sr. Assis Campos respondeu que a secretaria tem buscado alocar servidores em diversas áreas de atuação, não só apenas por competência, mas também por vocação colocando a pessoa certa no lugar certo. Dr. Júlio César pediu, como membro do tribunal, que a STIC tenha a sua gestão por competência de função, não

mudando o foco de acordo com qualquer circunstância. O Sr. Igor Lima apresentou o resumo da atual organização do quadro de servidores da STIC (Cargos Efetivos e Comissionados):

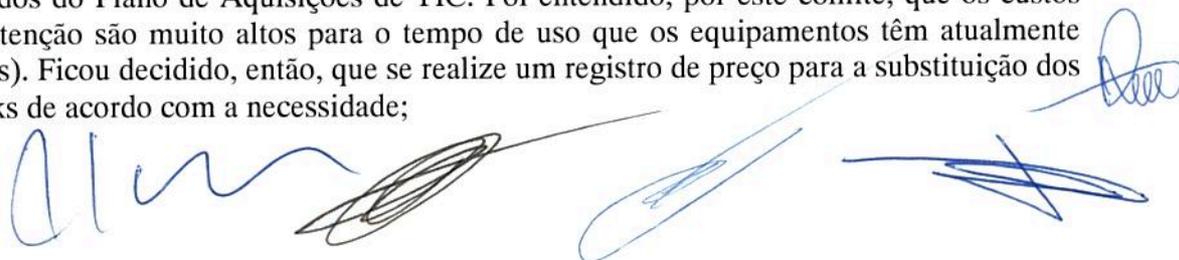
- Fora da STIC: 12 Servidores
- Licença sem Vencimentos: 1 Servidor;
- Gestão: 2 Servidores;
- Atendimento de Suporte: 5 Servidores;
- Projeto PJ-e: 3 Servidores;
- Microinformática: 1 Servidor;
- Governança: 1 Servidor;
- Desenvolvimento Judicial: 10 Servidores;
- Desenvolvimento Administrativo: 12 Servidores;
- Infraestrutura: 7 Servidores;
- Banco de Dados: 4 Servidores;
- **Total: 58 servidores cadastrados no Sistema Intranet;**

Dr. Júlio César, portanto, solicitou que sejam enviados os nomes dos servidores alocados em cada área, para acompanhar a gestão por competência da STIC. Sugeriu, com relação à participação de servidores em eventos, que o TJPI poderia ceder o uso de seu auditório em troca de vagas. Aproveitou para solicitar acesso dos terceirizados ao sistema PJ-e reforçando que não seria para executar atividades-fim como movimentações em processos, mas para facilitar a sua prestação de suporte técnico aos usuários. O Sr. Paulo Silvio informou que seria necessário fazer uma alteração no contrato. Sugeriu que a demanda seja solicitada à Presidência do TJPI.

O Sr. Assis Campos sugeriu que a proposta de reestruturação da STIC seja encaminhada aos membros deste comitê por e-mail.

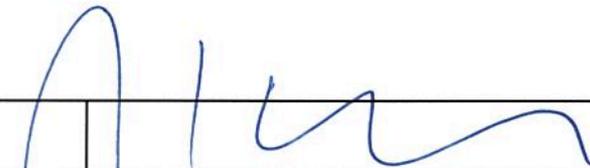
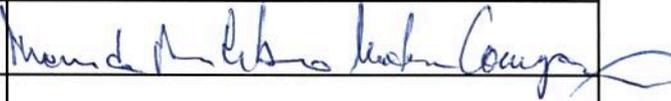
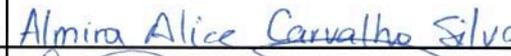
#### 4. DELIBERAÇÕES

1. A construção do Portal Extrajudicial será incluída no projeto de implantação do Selo Digital;
2. Aprovada a lista de prioridades de projetos administrativo;
3. Aprovada a lista de prioridades de projetos judiciais, com a inclusão da relação de demandas da Corregedoria apresentada pelo Sr. Gleydson Vilanova, integrando a Implantação do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) ao escopo do projeto “Desenvolvimento de Sistemas Satélites para PJ-e”, que passa a se chamar “Desenvolvimento de Sistemas Satélites para Processos Virtuais”;
4. Para a implantação da solução de videoconferência para audiências criminais será avaliada a possibilidade de utilizar a plataforma do CNJ, incluindo as centrais de flagrantes no escopo do projeto;
5. Exclusão da demanda de contratação da extensão de garantias dos notebooks dos magistrados do Plano de Aquisições de TIC. Foi entendido, por este comitê, que os custos da manutenção são muito altos para o tempo de uso que os equipamentos têm atualmente (três anos). Ficou decidido, então, que se realize um registro de preço para a substituição dos notebooks de acordo com a necessidade;



6. Inclusão de Projeto de Disponibilização do Serviço de Nuvem Interna no TJPI;
7. Considerando as deliberações 4 e 5, fica aprovado o Plano de Aquisições de TIC 2016-2017, com a ressalva de que a sua execução fique condicionada à disponibilidade de recursos, aumento de arrecadação e à busca de recursos externos, conforme projeto institucional apresentado na reunião do Comitê Gestor da Estratégia;
8. Foi decidido que o Treinamento em Gerenciamento Ágil de Projetos será disponibilizado, dentro das vagas apresentadas, para outras áreas do tribunal visando a multiplicação da metodologia;
9. A STIC deverá enviar uma lista com os nomes dos servidores separados por áreas de atuação, para acompanhamento da gestão por competência;
10. Considerando as deliberações 8 e 9, levantadas dentro da discussão do tema, fica aprovado o Plano de Capacitações 2016-2017;
11. A STIC deverá enviar por e-mail, aos membros deste comitê, a proposta de reestruturação da STIC.

## 5. ASSINATURAS

Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas	
Dr. Antônio Francisco Gomes de Oliveira	
Dr. Júlio César Menezes Garcez	
Francisco de Assis Ribeiro Madeira Campos Filho	
Almira Alice Carvalho Silva	
Leonne Francisco Ribeiro Pires	
Paulo Sílvio Mourão Veras	
Roosevelt dos Santos Figueiredo	